

**DIVERSIDADE DE VÍNCULOS DE TRABALHO DE MULHERES
NO CENSO AGROPECUÁRIO BRASILEIRO DE 2017**

**DIVERSITY OF WOMEN'S WORK IN THE BRAZILIAN AGRICULTURAL
CENSUS 2017**

**DIVERSIDAD DE VÍNCULOS LABORALES DE MUJERES EN EL CENSO
AGRÍCOLA BRASILEÑO DE 2017**

Otávio Valentim Balsadi

Doutor em Economia Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.
Pesquisador A da Embrapa, Secretaria de Inteligência e Relações Estratégicas. Brasília, DF.
otavio.balsadi@embrapa.br / <http://orcid.org/0000-0002-9400-1543>

Dalva Maria da Mota

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Pesquisadora A da
Embrapa Amazônia Oriental, Belém – PA. Bolsista de Produtividade do Conselho Nacional de
Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).
dalva.mota@embrapa.br / <http://orcid.org/0000-0003-0027-5162>

Recebido: 06/02/2020; Aceito: 16/02/2021; Publicado: 09/08/2021.

RESUMO

O objetivo do artigo é analisar as diversas formas de inserção das mulheres na estrutura ocupacional brasileira e suas transformações mais recentes, evidenciadas nos dados do Censo Agropecuário 2017. A metodologia consistiu na análise de dados censitários interpretados à luz de estudos de caso realizados no país. As principais conclusões mostram que, entre 2006 e 2017, houve importante redução de pessoas ocupadas na agricultura, com destaque para a menor participação de jovens e de mulheres em decorrência de processos de migração, de rejeição ao trabalho na agropecuária pelas dificuldades e pela penosidade e da decisão de obter outra formação. Mesmo assim, 75,8% da força de trabalho feminino concentra-se em estabelecimentos familiares. Independentemente do local onde trabalham, persistem estereótipos de gênero quanto ao trabalho de mulheres e de homens. Paralelamente, visualiza-se um movimento de mudança, com a tendência para uma maior escolarização e um maior engajamento das mulheres rurais.

Palavras-chave: Ocupações; Empregos; Trabalho Rural; Trabalho Feminino.

ABSTRACT

The objective of the article is to analyze the different forms of insertion of women in the Brazilian occupational structure and their most recent transformations, according to the Agricultural Census 2017. The methodology consisted of the analysis of Census data interpreted in the light of case studies carried out in the country. The main conclusions show that between 2006 and 2017 there was an important reduction in the number of people employed in agriculture, with emphasis on the lower participation of young people and women as a result of migration processes, rejection of work in agriculture due to difficulties and hardship and the decision to obtain another training. Even so, 75.8% of the female workforce is concentrated in family farms. Regardless of where they work, gender stereotypes regarding the work of women and men persist. At the same time, there is a movement of change with a trend towards a better schooling level and more engagement of the rural women.

Keywords: Occupations; Jobs; Rural Work; Women's Work.

RESUMEN

El objetivo del artículo es analizar las diferentes formas de inserción de las mujeres en la estructura ocupacional brasileña y sus transformaciones más recientes, evidenciadas en datos del Censo Agropecuario 2017. La metodología consistió en el análisis de los datos censales interpretados a la luz de los estudios de caso realizados en el país. Las principales conclusiones muestran que, entre 2006 y 2017, hubo una reducción importante en el número de personas ocupadas en la agricultura, con énfasis en la menor participación de jóvenes y mujeres como consecuencia de los procesos migratorios, rechazo al trabajo en la agricultura por dificultades y penurias y decisión de recibir otra formación. Aun así, el 75,8% de la población activa femenina se concentra en establecimientos familiares. Independientemente del lugar donde trabajen, persisten los estereotipos de género sobre el trabajo de mujeres y hombres. Al mismo tiempo, se puede ver un movimiento de cambio con la tendencia a una mayor escolarización y participación de las mujeres rurales.

Palabras clave: Ocupaciones; Trabajos; Trabajo Rural; Trabajo Femenino.

INTRODUÇÃO

Pesquisas apontam que transformações têm ocorrido em sociedades rurais, com as mulheres representando uma significativa proporção da força de trabalho agrícola e desempenhando um papel importante como produtoras, assalariadas e participantes de cadeias de valor em muitos países (BISHOP, 2017). O seu protagonismo é observado em diferentes contextos, mas é mais forte em regiões caracterizadas pela participação dos homens em fluxo de migrantes e em empregos assalariados agrícolas e não agrícolas, cabendo a elas a gestão do estabelecimento da família e dos recursos a que têm acesso, conforme analisado na Ásia (JULIA; WHITE, 2012; NORWANA et al., 2011), na Europa (REIGADA, 2014) e na América Latina (MARTÍNEZ VALLE, 2015; SILVA; MELO, 2016).

Na América do Sul, uma série de estudos sobre intermediações trabalhistas no mercado e nas condições de trabalho evidenciam tendências importantes do trabalho de mulheres. Na agricultura uruguaia, Riella e Mascheroni (2016, p. 36, tradução nossa) constataram que em determinados setores, como o da silvicultura, “[...] as mulheres começam a ter mais representação, além de serem mais jovens e mais instruídas que os homens”. Já na Argentina, na produção de uvas para vinho e para consumo *in natura*, Neiman e Quaranta (2016) observaram a participação de mulheres tanto na execução de tarefas agrícolas quanto em seu controle e supervisão em empregos ocasionais com grandes períodos de inatividade, nos quais realizam trabalhos precários ou dependem exclusivamente de políticas sociais. Por sua vez, Martínez Valle (2015) analisou as características da proletarização rural no agronegócio de flores e de brócolis no Equador e

destacou que o emprego da força de trabalho feminina repercutiu diretamente na fragilização da economia camponesa que elas assumiam.

No Brasil, os estudos têm apontado tendências semelhantes às dos demais países da América do Sul, com o emprego assalariado de mulheres de forma temporária ou permanente. Paralelamente, segundo Silva e Melo (2016), evidenciam-se processos de permanência das mulheres nos estabelecimentos, os quais permitem que os homens migrem, como no caso da cana-de-açúcar no Estado de São Paulo, para o qual vão apenas os jovens dotados de energia, capazes de trabalhar no corte da cana. No mesmo estudo, as autoras mostram que, nesse mesmo Estado, no caso do cultivo da laranja, “tendo em vista as formas de contrato por produção, muitas mulheres trabalham com os maridos” (SILVA; MELO, 2016, p. 59). Mas também há casos em que as mulheres lideram contratos com a agroindústria para a produção de *commodities*, como o dendê no Pará (MOTA; NASCIMENTO; SCHMITZ, 2020) e protagonizam experiências inovadoras na produção agroecológica e orgânica (SILIPRANDI, 2017).

As tendências mundiais e as constatações feitas no Brasil instigam análises das transformações recentes expressas pelos números oficiais relativos ao trabalho de mulheres na estrutura ocupacional brasileira, segundo o Censo Agropecuário 2017. Por outro lado, estudos de casos que envolvem mulheres mostram que é preciso ir além dos números. Esse é o objetivo principal do presente artigo, com o qual se espera contribuir para a implementação de políticas públicas e a concretização de ações por parte das organizações de trabalhadoras rurais, tendo em vista a melhoria das condições de vida e de trabalho desse segmento de fundamental importância na vida rural brasileira.

O artigo está organizado em cinco partes: esta introdução, procedimentos metodológicos, análise de dados (evolução do pessoal ocupado, trabalho de mulheres nos grupos econômicos e nas atividades agropecuárias, laços de parentesco e posição na ocupação, trabalho de mulheres e agricultura familiar, escolaridade e raça das mulheres ocupadas nas atividades agropecuárias), considerações finais e referências.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS¹

Os dados utilizados neste trabalho foram todos obtidos no Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e tem como fonte principal o Censo Agropecuário 2017, embora em algumas situações foi possível recuperar dados em uma perspectiva histórica. Ilustrativamente,

¹ Esta seção está fortemente baseada em Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017).

foram utilizados estudos de caso recentes para mostrar análises de processos vivenciados localmente pelas mulheres em suas diferentes relações com o trabalho². Compreende-se que não há correspondência imediata entre os dados quantitativos do Censo e os estudos de caso, porque realizados sob diferentes pressupostos e propósitos, mas os estudos de caso certamente oferecem alguma luz sobre situações particulares em um país continental e diverso como o Brasil.

O Censo Agropecuário contempla todos os estabelecimentos agropecuários situados no território nacional. Por estabelecimento, entende-se:

[...] toda unidade de produção ou exploração dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais e aquícolas. Independentemente de seu tamanho, de sua forma jurídica ou de estar na área rural ou urbana, todo estabelecimento agropecuário tem como objetivo a produção, seja para venda (comercialização da produção) ou para subsistência (sustento da família) (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2017).

O Censo Agropecuário, Florestal e Aquícola 2017 teve como período de referência o intervalo entre os dias 1.º de outubro de 2016 e 30 de setembro de 2017 e, como data de referência, o dia 30 de setembro de 2017.

É importante destacar que todo estabelecimento agropecuário está subordinado a uma única administração: à do produtor ou à do administrador³. Define-se como produtor a pessoa física, independentemente do sexo, ou a pessoa jurídica responsável pelas decisões na utilização dos recursos e que exerce o controle administrativo das operações que envolvem a exploração do estabelecimento agropecuário. O produtor tem a responsabilidade econômica ou técnica da exploração e pode exercer todas as funções diretamente ou indiretamente por meio de um encarregado ou de um administrador. Define-se administrador como sendo a pessoa física, independentemente do sexo, que assume a responsabilidade da gestão do estabelecimento agropecuário em nome do produtor, caso o produtor seja uma pessoa jurídica (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2017).

Entre as características dos(as) produtores(as) presentes no Censo Agropecuário 2017, está o nível de escolaridade, definido de acordo com as seguintes informações: nunca frequentou escola; Classe de Alfabetização (CA); Alfabetização de Jovens e Adultos (AJA);

² Para a seleção dos estudos de caso, levou-se em consideração o período de sua publicação – privilegiando-se as duas últimas décadas –, assim como a diversidade regional e de atividades de modo a corresponder às atividades que compõem o Censo.

³ Termos masculinos utilizados no Censo e que têm sido questionados, porque reforçam relações de poder quanto ao gênero no mundo rural. Não obstante a constatação, mantivemos esses termos por uma questão de respeito à autenticidade da fonte consultada. Entretanto, a questão deve ser considerada nos próximos censos.

Antigo Primário (elementar); Antigo Ginásial (médio 1.º ciclo); Regular do Ensino Fundamental ou 1.º grau; Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Ensino Fundamental ou do Supletivo do 1.º grau; Antigo Científico, Clássico etc. (médio 2.º ciclo); Regular de Ensino Médio ou 2.º grau; Técnico de Ensino Médio ou 2.º grau; Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Ensino Médio ou do Supletivo do 2.º grau; Superior de Graduação (tradicional ou tecnológica); Mestrado ou Doutorado.

Para a finalidade do Censo Agropecuário 2017, considera-se como tendo laços de parentesco com o produtor as seguintes pessoas: cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo ou de sexo diferente, filho(a) do produtor e do cônjuge, filho(a) somente do produtor, filho(a) somente do cônjuge, genro ou nora, pai, mãe, padrasto, madrastra, sogro(a), neto(a), bisneto(a), irmão ou irmã, avô ou avó, outros parentes (tio(a), sobrinho(a), primo(a), cunhado(a) ou menor sob guarda ou tutela) e enteado(a) do produtor. Também são considerados os agregados que, mesmo sem ter laços de parentesco com o núcleo familiar, são considerados por seus membros como integrantes da família (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2017).

Com relação ao trabalho agropecuário propriamente dito, consideram-se todas as pessoas que trabalharam no estabelecimento no período de referência, em atividades agropecuárias ou em atividades não agropecuárias de apoio às atividades agropecuárias, como motorista de caminhão, cozinheiro, mecânico, marceneiro, contador e outros. Em função do tipo de trabalho e da forma de contratação, essas pessoas são classificadas como:

- a) trabalhador permanente: é a pessoa que trabalha de maneira regular e contínua em atividades do estabelecimento agropecuário, contratada com esta característica, incluindo o administrador.
- b) trabalhador temporário: é a pessoa contratada, sem intermediação de terceiros, que trabalhou uma ou mais vezes no estabelecimento agropecuário em tarefas temporárias ou eventuais como destocamento, preparo da terra, plantio, colheita, limpeza de pasto, reforma de cercas.
- c) trabalhador parceiro: é a pessoa que trabalha subordinada diretamente à pessoa que dirige o estabelecimento agropecuário e que executou tarefas, mediante recebimento de uma parte da produção: meia, terça, quarta etc. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2017).

A agricultura familiar no Brasil está prevista na Lei n.º 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (DEL GROSSI, 2019). Para os efeitos dessa Lei, considera-se agricultor(a) familiar e empreendedor(a) familiar rural aquele(a) que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

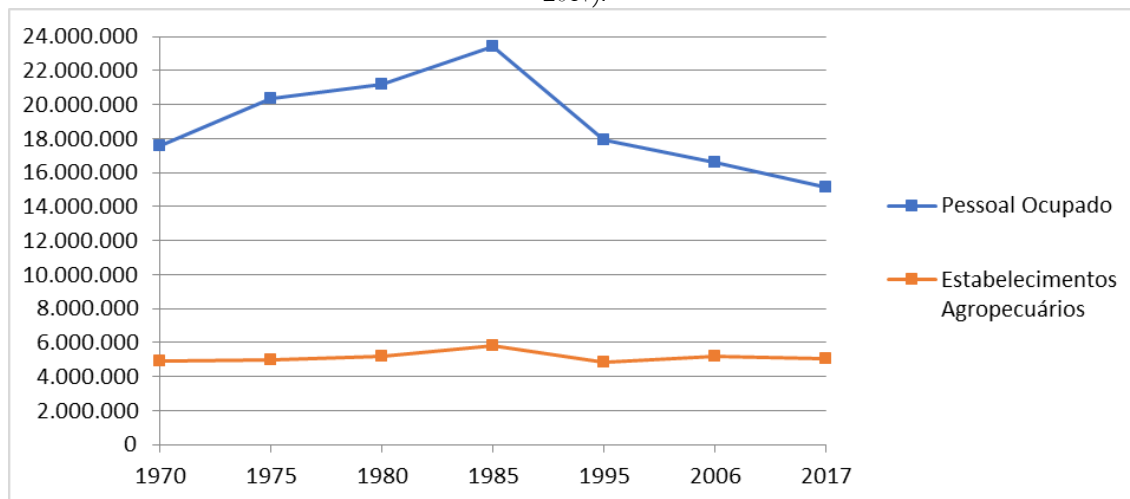
- II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família⁴.

ANÁLISE DOS DADOS

Evolução do pessoal ocupado

Os dados do Censo Agropecuário 2017 evidenciaram uma redução de 1,4 milhão de pessoas ocupadas na agricultura brasileira em relação aos valores observados em 2006 (Gráfico 1). Consolidada-se, assim, uma permanente redução na demanda de força de trabalho agrícola desde 1985, quando 23,4 milhões de pessoas estavam ocupadas nos estabelecimentos agropecuários (DEL GROSSI; BALSADI, 2020). Se, para o total do Brasil, houve redução do pessoal ocupado, em algumas grandes regiões, o comportamento observado foi o oposto. Nas regiões Norte e Centro-Oeste, houve crescimento do número total de ocupados nas atividades agropecuárias entre 2006 e 2017 (Gráfico 2).

Gráfico 1 – Evolução do pessoal ocupado e do número dos estabelecimentos agropecuários (Brasil, de 1970 a 2017).



Fonte: (IBGE, 2017).

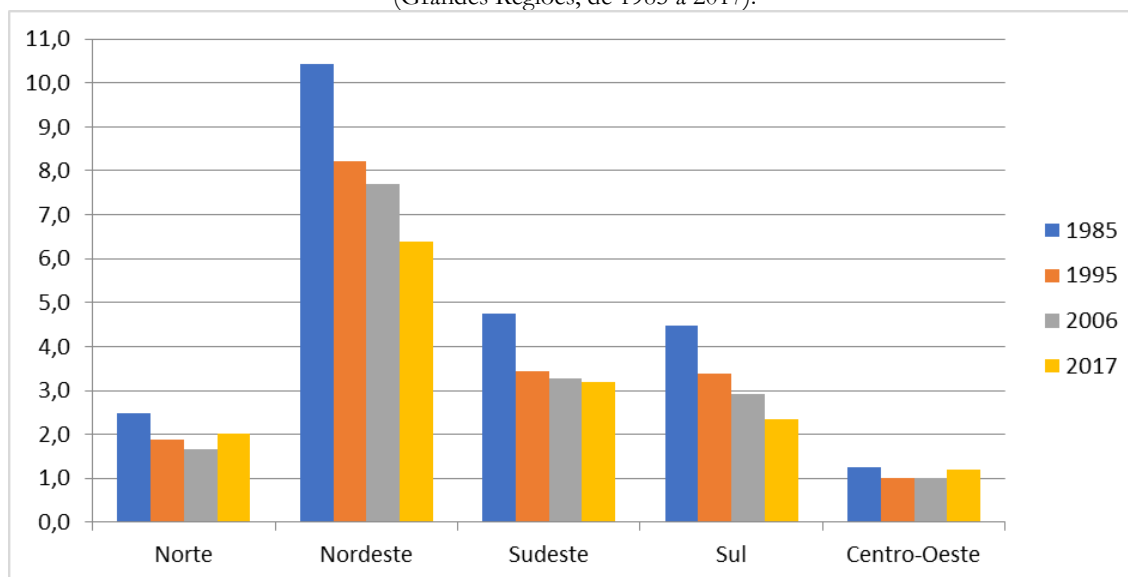
⁴ São também beneficiários da Lei n.º 11.326: “I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes; II - aquicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2 ha (dois hectares) ou ocupem até 500 m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede; III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscaidores; IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente; V - povos indígenas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput do art. 3.º; VI - integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais que atendam simultaneamente aos incisos II, III e IV do caput do art. 3.º”.

Analistas apontam que o incremento na produção de grãos atraiu migrantes para trabalhar em municípios do Centro-Oeste. É o que constatam, por exemplo, Giaretta et al. (2019) na região de Sorriso (MT) e Frederico (2011) nas denominadas cidades do agronegócio. Segundo Frederico (2011, p. 22), o “acúmulo de serviços transforma as cidades do agronegócio em verdadeiros lócus da relação local-global, que passam a receber diversos tipos de migrantes [...]” em busca de trabalho. Destaca-se o significativo crescimento do emprego assalariado permanente na região Centro-Oeste, em função da expansão das *commodities* e do seu processo de mecanização (DEL GROSSI; BALSADI, 2020).

Em se tratando do Norte, persiste atual a análise de Mattei (2015, p. 42) que constata para o período de 2002 a 2013 o “[...] grande impulso que ocorreu com as atividades agrícolas nessa região, que em sua grande maioria foram puxadas pelo *boom* internacional das *commodities*” (soja, complexo carnes, especialmente a bovina, e café).

Por outro lado, as reduções mais significativas foram registradas nas regiões Nordeste e Sul (Gráfico 2). Quanto à primeira, Silva (2014) chama a atenção para a crise de 2008 na fruticultura no Vale do São Francisco, que redundou na diminuição de postos de trabalho. Situação extrema evidencia-se no corte da cana-de-açúcar, com a mecanização da colheita (BACCARIN, 2016; BALSADI, 2010; RAMOS, 2007). Vale dizer que, nessas duas regiões, também houve significativa redução de membros não remunerados da família dentro da população economicamente ativa ocupada nas atividades agropecuárias, particularmente mulheres e jovens (BALSADI, 2017; BALSADI; DEL GROSSI, 2018).

Gráfico 2 – Evolução do pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários (milhões de pessoas) (Grandes Regiões, de 1985 a 2017).



Fonte: (IBGE, 2017).

Em que pese a forte redução no total de ocupados, a região Nordeste continua sendo a principal empregadora de mão de obra na agricultura brasileira, com 6,4 milhões de pessoas ocupadas em 2017. Mecanização e automação das etapas do processo produtivo tornaram o trabalho humano redundante, especialmente na produção de cereais, grãos e oleaginosas, além da cana-de-açúcar e do reflorestamento. Pelo lado das mudanças demográficas, os estudos evidenciaram que, nas atividades agropecuárias, há redução da participação da juventude, com forte queda da mão de obra feminina e aumento de pessoas com mais de 60 anos na população economicamente ativa (PEA) agrícola. Tais evidências estão interligadas porque o menor envolvimento dos jovens acarreta uma pressão sobre os mais idosos para garantir a reprodução social.

Estudos associam o menor grau de participação dos jovens na agropecuária à priorização da educação. No Sul do Brasil, Kiyota e Perondi (2014) constataram a maior preocupação de jovens (mulheres e homens) com a educação formal na expectativa de obtenção de uma melhor colocação no mercado de trabalho ou mesmo no próprio estabelecimento da família. Do mesmo modo, no Norte, Resque e Mota (2017) observaram que a educação é prioridade tanto para os que pretendem migrar, quanto para quem pretende assumir o estabelecimento, mas implica um tempo de desligamento das atividades agropecuárias.

De maneira geral, as razões para a migração dos jovens estão relacionadas à insatisfação com a agricultura (penosidade do trabalho, ganhos incertos, imprevistos etc.), mas também ao desejo de ter uma renda regular e de conquistar autonomia. As oportunidades fora do estabelecimento também desempenham um papel central.

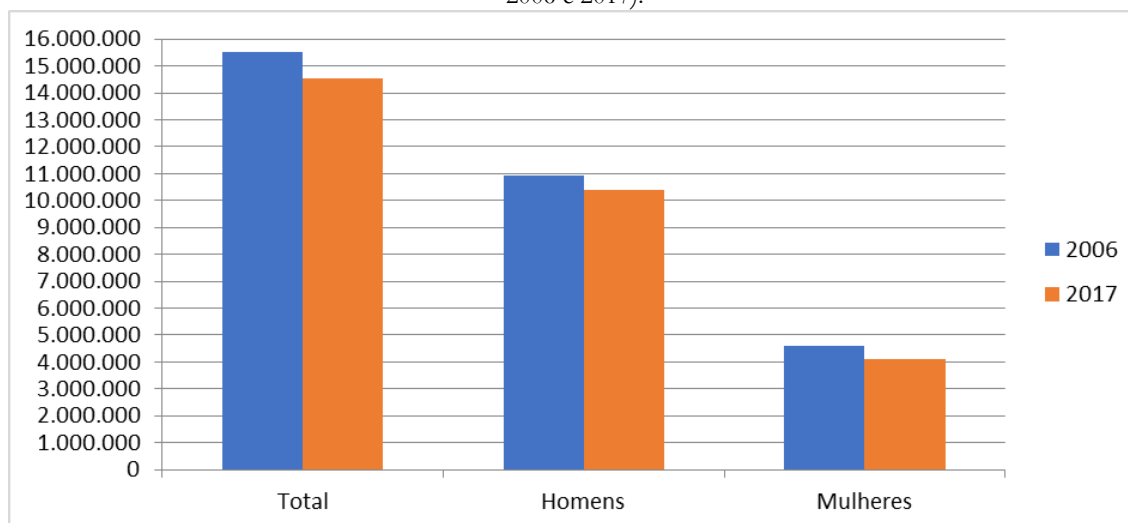
Quando focamos a questão de gênero, é possível perceber uma redução de cerca de 460 mil mulheres ocupadas nas atividades agropecuárias no período compreendido entre 2006 e 2017 (Gráfico 3). No entanto, em termos relativos, a participação da força de trabalho de mulheres permaneceu ao redor de 30%. Uma das explicações para a redução é a acentuada migração rural urbana de moças comparativamente à dos rapazes rurais. No Rio Grande do Sul, Brumer (2004, p. 225) constatou:

[...] devido às desigualdades de gênero, que atribuem às mulheres (principalmente às mulheres jovens) uma posição subordinada na estrutura familiar – evidenciada na distribuição das atividades nas esferas de produção e de reprodução do poder e do acesso à propriedade da terra –, as mulheres têm menores perspectivas profissionais e motivação para permanecer no meio rural do que os homens.

As conclusões de Brumer (2004) não diferem daquelas mais recentes de Zago (2016, p. 65) no estudo “[.] das relações entre transformações sociais no campo,

escolaridade e destinos sociais dos filhos e das filhas de pequenos produtores rurais”, no qual a autora constata a recusa das jovens em reproduzir a condição de trabalhadora rural e a mobilização por novos horizontes por meio do ensino superior. Diferentemente, Medeiros e Moreira (2009), em um município da Paraíba, constataram que a migração é vista pelas jovens como uma possibilidade de obtenção de emprego, situação também observada no Norte de Minas Gerais por Faria, Ferreira e Paula (2019), com a migração para o trabalho doméstico e a residência na cidade, no caso das jovens. Está em jogo a diferença entre a capacidade de reprodução social da própria jovem e a de sua família, o que permite orientar as decisões para melhores condições de estudo ou outras oportunidades de trabalho.

Gráfico 3 – Evolução do pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários, segundo o gênero (Brasil, 2006 e 2017).



Fonte: (IBGE, 2017).

Trabalho de mulheres nos grupos econômicos e nas atividades agropecuárias

Com exceção da pecuária e da criação de outros animais, florestas nativas, aquicultura e produção de sementes e mudas certificadas, em todos os demais grupos de atividade econômica houve redução do número de mulheres ocupadas na agricultura brasileira (Tabela 1). A produção florestal baseada em florestas plantadas (pínus, eucalipto, principalmente) e a aquicultura são os grupos de atividades com menor participação relativa das mulheres (19,2% e 21,4%, respectivamente, em 2017).

Tabela 1 – Mulheres de 14 anos ou mais de idade ocupadas na data de referência, segundo os grupos de atividade econômica dos estabelecimentos agropecuários (Brasil, 2006 e 2017).

| Grupos de atividade econômica | Mulheres ocupadas | | Participação (%) | |
|---|-------------------|------------------|------------------|-------------|
| | 2006 | 2017 | 2006 | 2017 |
| Total | 4.586.121 | 4.122.830 | 29,6 | 28,4 |
| Pecuária e criação de outros animais | 1.887.733 | 1.899.692 | 29,8 | 29,0 |
| Produção de lavouras temporárias | 1.727.794 | 1.388.540 | 29,5 | 28,4 |
| Produção de lavouras permanentes | 579.183 | 495.027 | 27,4 | 25,8 |
| Horticultura e floricultura | 185.352 | 146.040 | 33,0 | 30,8 |
| Produção florestal – florestas nativas | 123.372 | 124.675 | 36,0 | 35,0 |
| Produção florestal – florestas plantadas | 55.924 | 40.886 | 27,0 | 19,2 |
| Aquicultura | 9.354 | 15.037 | 22,7 | 21,4 |
| Pesca | 14.601 | 8.890 | 36,0 | 36,5 |
| Produção de sementes e mudas certificadas | 2.808 | 4.043 | 21,9 | 23,6 |

Fonte: IBGE-SIDRA, Tabelas 6884, 806 e 812. Consulta em: 10 jan. 2020.

Por outro lado, nas atividades relacionadas à horticultura e à floricultura, às florestas nativas, à pesca, à pecuária e à criação de outros animais, a participação do trabalho feminino era bem mais significativa, em 2017, porque essas atividades são mais facilmente associadas a um aprendizado na esfera doméstica, muito embora sejam essenciais à reprodução e exijam o domínio de práticas e de saberes para se obter bom desempenho.

Detalhando um pouco mais as atividades dentro de cada um dos grupos de atividades, alguns pontos chamam a atenção. *Grosso modo*, os dados permitem agregar o trabalho de mulheres nas atividades agropecuárias presentes no Censo Agropecuário em quatro grupos:

- a) atividades com a participação de mulheres em até 15,0% do total de ocupados: cultivos de algodão e de outras fibras e cana-de-açúcar;
- b) atividades com a participação de mulheres entre 15,0% e 25,0%: cultivos de soja, laranja, café, produção de sementes e de mudas certificadas, criação de outros animais de grande porte que não bovinos, produção de florestas plantadas, aquicultura;
- c) atividades com a participação de mulheres entre 25,0% e 35,0%: cultivos de cereais, oleaginosas anuais (exceto soja), outras culturas temporárias, hortaliças e legumes, flores e plantas ornamentais, cacau, outras frutíferas (exceto laranja e uva), outros produtos da lavoura permanente, criação de bovinos, criação de ovinos e caprinos, criação de suínos, criação de outros animais;
- d) atividades com a participação de mulheres acima de 35,0%: cultivos de fumo, uva, criação de aves, produção de florestas nativas, pesca (Tabela 2).

Tabela 2 – Mulheres ocupadas na data de referência, segundo a atividade principal dos estabelecimentos agropecuários (Brasil, 2017).

| Atividades agropecuárias | Total | Mulheres ocupadas | % Mulheres |
|--|-------------------|-------------------|-------------|
| Total | 15.105.125 | 4.379.019 | 29,0 |
| Produção de lavouras temporárias | 5.093.020 | 1.480.188 | 29,1 |
| Cultivo de cereais | 1.009.512 | 310.958 | 30,8 |
| Cultivo de algodão herbáceo e de outras fibras da lavoura temporária | 23.002 | 2.786 | 12,1 |
| Cultivo de cana-de-açúcar | 587.192 | 75.520 | 12,9 |
| Cultivo de fumo | 266.667 | 101.085 | 37,9 |
| Cultivo de soja | 618.770 | 134.866 | 21,8 |
| Cultivo de oleaginosas de lavoura temporária, exceto soja | 34.903 | 10.215 | 29,3 |
| Cultivo de outros produtos da lavoura temporária | 2.552.974 | 843.903 | 33,1 |
| Horticultura e floricultura | 486.624 | 151.664 | 31,2 |
| Cultivo de hortaliças, legumes e outros produtos da horticultura | 439.322 | 135.532 | 30,9 |
| Cultivo de flores, folhagens e plantas ornamentais | 47.302 | 16.082 | 34,0 |
| Produção de lavouras permanentes | 1.970.824 | 516.381 | 26,2 |
| Cultivo de laranja | 102.200 | 23.166 | 22,7 |
| Cultivo de uva | 83.788 | 31.509 | 37,6 |
| Cultivo de frutas da lavoura permanente, exceto laranja e uva | 824.899 | 213.160 | 25,8 |
| Cultivo de café | 554.212 | 135.254 | 24,4 |
| Cultivo de cacau | 160.237 | 43.252 | 27,0 |
| Cultivo de outros produtos de lavoura permanente | 245.488 | 70.040 | 28,5 |
| Produção de sementes e mudas certificadas | 17.603 | 2.836 | 16,1 |
| Produção de sementes certificadas | 9.900 | 1.918 | 19,4 |
| Produção de mudas e de outras formas de propagação vegetal, certificadas | 7.703 | 1.485 | 19,3 |
| Pecuária e criação de outros animais | 6.831.118 | 2.018.618 | 29,6 |
| Criação de bovinos | 4.776.481 | 1.271.883 | 26,6 |
| Criação de outros animais de grande porte | 60.697 | 13.219 | 21,8 |
| Criação de ovinos e caprinos | 307.375 | 102.149 | 33,2 |
| Criação de suínos | 322.238 | 107.529 | 33,4 |
| Criação de aves | 1.320.588 | 510.588 | 38,7 |
| Criação de outros animais | 43.739 | 13.239 | 30,3 |
| Produção florestal – florestas plantadas | 216.725 | 42.503 | 19,6 |
| Produção florestal – florestas nativas | 388.607 | 138.919 | 35,7 |
| Pesca | 27.879 | 10.323 | 37,0 |
| Aquicultura | 72.725 | 12.743 | 17,5 |

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário 2017.

Considerando os dados, a tendência de redução do número de mulheres ocupadas na agricultura brasileira é parte do processo de substituição da força de trabalho pela

mecanização e de aumento da concentração da terra nas áreas de produção de *commodities*. Em menor proporção, faz parte de estratégias familiares de reprodução social, nas quais as mulheres têm menores possibilidades de persistir na agricultura por regras de herança ou mesmo por motivação. Assim, ampliam-se as possibilidades de ocupação em outros setores não agrícolas graças à maior formação.

Costa (2015, p. 183), analisando o movimento de terras na região do Baixo Amazonas, constata que os produtores de soja compraram a terra para a produção de grãos, “[...] adquirindo vários imóveis com áreas menores que 100 ha, antes pertencentes a pequenos agricultores. Com essa estratégia, os produtores conseguiram acumular cerca de 30% do volume total de áreas negociadas nesse estrato de imóveis”. Em se tratando ainda da produção de soja na região do MATOPIBA⁵, Pitta, Boechat e Mendonça (2017, p. 174) afirmam: “[...] a produção de soja atingiu com profundidade no começo do século XXI áreas do MATOPIBA e passou a ocupar terras devolutas de chapada, muitas delas utilizadas secularmente por camponeses e pequenos produtores rurais”.

Destaque merece ser dado às atividades com menor e maior participação de mulheres. A primeira (produção florestal) evidencia-se em sistemas de agricultura por contrato para eucalipto e dendê, por exemplo – via de regra, encabeçados pelos homens. Na aquicultura, também se constata contratos para a produção verticalizada no Nordeste (RAMALHO, 2015) e no Sul (MORENO, 2018) em um setor dominado por grupos mais capitalizados.

Nas atividades relacionadas à horticultura e à floricultura, à produção de florestas nativas, à pesca, à pecuária e à criação de outros animais que não os bovinos, a participação do trabalho feminino era bem mais significativa em 2017 porque mais facilmente associada aos investimentos familiares, muitos dos quais nos denominados “quintais”, lugares de grande diversidade de hortaliças, frutas, ervas medicinais, flores, temperos e pequenos animais.

Estudos de caso confirmam que os maiores percentuais de ocupação de mulheres estão em aves (38,7%), fumo (37,9%), uva (37,6), pesca (37%) e floresta nativa (35,7).

No Estado do Paraná, maior produtor e exportador de carne de frango do Brasil, Cielo, Rocha Júnior e Sanches-Canevesi (2019, p. 339) constataram a importante participação das mulheres na produção de aves:

[a participação das mulheres] tende a um crescimento significativo, impulsionado, por um lado, pelos avanços tecnológicos que facilitaram o trabalho nas granjas e, por outro, pela própria natureza da atividade. O cuidado

⁵ Nome dado à região formada pelos estados do Maranhão, do Tocantins, do Piauí e da Bahia.

com as aves em granjas automatizadas demanda mais aspectos subjetivos, características físicas e comportamentais mais comuns e atinentes às mulheres, do que da força física.

Por um lado, os pesquisadores revelam que “as mulheres estão mais satisfeitas com a atividade e conseguem obter melhores resultados nos lotes produzidos, comparativamente aos homens” (CIELO; ROCHA JÚNIOR; SANCHES-CANEVESI, 2019, p. 339). Por isso, a participação delas tem sido incentivada pelas agroindústrias. Entretanto, por outro lado, essa constatação reforça o estereótipo da relação entre força física e gênero que atribui às mulheres capacidades naturais, como delicadeza. Como analisou Paulilo (1987, p. 66), “na verdade, qualifica-se o trabalho em função de quem o realiza: são leves as atividades que se prestam à execução por mão de obra feminina e infantil”.

Em análise de contratos de integração entre produtores de frango e três empresas em Mato Grosso, Franco et al. (2015) destacam que, entre as obrigações do avicultor, encontram-se aquela de fornecer mão de obra familiar ou contratada. Nesses termos, interpreta-se que se faz a mobilização do trabalho de mulheres sob contratos assinados pelos homens. Em pesquisa em um pequeno abatedouro avícola em Santa Catarina, o “trabalho feminino foi atrelado a guetos, a alguns cargos dentro do contexto produtivo, bem como a escassas possibilidades de gestão do trabalho” (GRAF; COUTINHO, 2012, p. 779). Os três estudos citados permitem situar os lugares de trabalho das mulheres.

Em uma pesquisa realizada em uma localidade rural do interior do Rio Grande do Sul, maior produtor de fumo do Brasil, foi constatada a centralidade do trabalho familiar e a forte presença do trabalho de mulheres em todas as etapas dos sistemas de produção de fumo (RIQUINHO; HENNINGTON, 2016). Em outro estudo na mesma região, Marin, Redin e Costa (2014, p. 159) constataram que “[...] a família rural tem sido foco de mecanismos de intervenção externos para a supressão do trabalho de crianças e jovens na cultura do tabaco, a fim de evitar os riscos à saúde dos trabalhadores infanto-juvenis”. Tal constatação implica na ocupação de mulheres sob o distintivo da idade e da realocação da força de trabalho de mulheres jovens para outras atividades.

A produção de uvas no Vale do São Francisco é um caso emblemático da ocupação de mulheres associada a uma inserção diferenciada quando comparada à dos homens (CAVALCANTI; MORAES; FEITOSA, 2015). Recentemente, Silva, Menezes e Oliveira e (2018) relacionaram a ocupação feminina com a redução de custos e a qualificação do trabalho como “natural” para as mulheres. Afirmam os autores:

A qualificação feminina para o trabalho continua simbolicamente associada à esfera reprodutiva e, como consequência, possui menor prestígio e status de qualificação para o mundo do trabalho. O que ocorre é que nas novas formas de divisão social (e sexual) do trabalho, as mulheres foram incorporadas às dinâmicas da esfera produtiva e do trabalho assalariado como “donas de casa”, ao invés de “trabalhadoras” (SILVA; MENEZES; OLIVEIRA, 2018, p. 199).

Em pesquisa sobre a vitivinicultura gaúcha na região da Campanha Gaúcha no Rio Grande do Sul, Manfio (2019, p. 444) identificou a intensificação da ocupação de mulheres “nas propriedades vitícolas na poda da videira e colheita da uva”. Segundo constatou, “A força feminina das empresas vitícolas nascidas na Campanha se estendeu, recentemente, para a presidência da Associação Vinhos da Campanha” (MANFIO, 2019, p. 444).

Quanto à pesca, embora os números sejam significativos, estudos mostram que a expansão da aquicultura com a implantação de viveiros de camarão gera “inúmeros bloqueios territoriais à continuidade do trabalho feminino na pesca artesanal, pois são os mangues e estuários os locais seculares de trabalho por excelência da mulher e não o mar” (RAMALHO, 2015, p. 539). Em um estudo comparativo sobre a divisão sexual do trabalho entre pescadoras artesanais de cinco estados (PA, SC, PE, CE e PB), Leitão (2013) destacou a importância do trabalho das mulheres para o sustento da família, mas também a discriminação, a invisibilidade, o desconhecimento dos direitos, assim como as relações de poder existentes nas colônias e associações ocupacionais.

O trabalho de mulheres na pesca em Sergipe também foi estudado por Martins e Alvim (2016), que constataram que a atividade é uma alternativa de subsistência, uma fonte de trabalho e renda para inúmeras famílias em todo o país. Os autores afirmam existir “uma notável emergência da presença feminina neste setor, seja trabalhando diretamente na extração e na captura do pescado, seja atuando no beneficiamento e na comercialização destes produtos” (MARTINS; ALVIM, 2016, p. 380).

Vieira et al. (2014) estudaram a divisão sexual do trabalho e as relações de gênero na pesca artesanal em uma comunidade da costa nordeste paraense. Diferentemente, constataram que, não obstante a importância do trabalho das mulheres “[...] para a manutenção da cadeia de pesca, ele era invisibilizado pelo lugar de gênero, pela assimetria da divisão sexual desigual e hierárquica do trabalho, a qual desvaloriza o que é considerado feminino” (VIEIRA et al., 2014, p. 14). Do mesmo modo, Fonseca et al. (2016) estudaram o papel das mulheres na pesca artesanal marinha em uma comunidade pesqueira em Rio das Ostras no Rio de Janeiro e concluíram que, apesar da frequente inserção delas na pesca, as suas atividades são consideradas como “ajuda” aos maridos.

O trabalho de mulheres em florestas nativas é evidenciado pelos estudos sobre o extrativismo, com destaque para grupos tradicionais que têm tido maior visibilidade após a

constituição de 1988. Mendes et al. (2014) estudaram a organização das mulheres extrativistas na região do Sudoeste mato-grossense e constataram que o extrativismo é uma importante alternativa socioeconômica para as famílias assentadas naquela região. Mota et al. (2014) destacam o extrativismo de mulheres catadoras de mangaba em áreas litorâneas do Brasil. Em estudo sobre a construção social dos mercados de produtos do agroextrativismo do Cerrado, Guéneau et al. (2017) identificaram a participação de mulheres agroextrativistas na coleta de espécies vegetais do Cerrado, em Goiás, com finalidades comerciais. Estudo recente de Porro (2019) em 18 municípios do Médio Mearim, no Maranhão, elucida a importância e a invisibilidade econômica do babaçu para comunidades agroextrativistas, nas quais as mulheres desempenham importante papel no extrativismo do fruto da palmeira.

Laços de parentesco e posição na ocupação

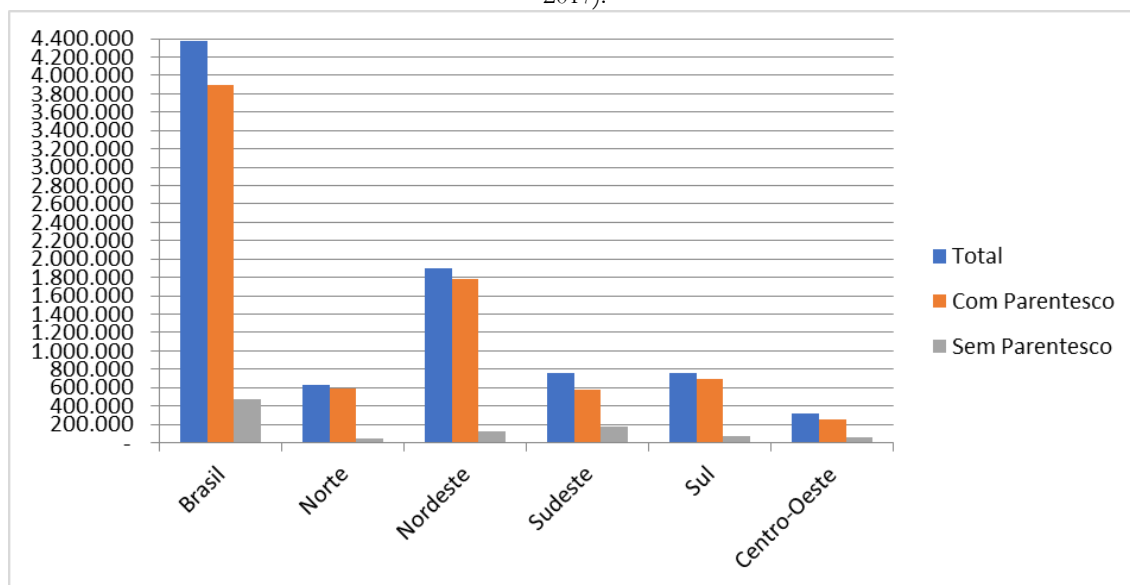
A relação entre laços de parentesco e ocupação (Gráfico 4) demonstra, por um lado, uma situação existente e predominante em todo o país, não obstante as diferentes agriculturas que são praticadas; por outro, evidencia, também, a menor participação de mulheres no mercado de trabalho como assalariadas em comparação aos homens (Tabela 2). Os números mostram a importância das mulheres como força de trabalho em estabelecimentos familiares; ao mesmo tempo, revelam as dificuldades de deslocamento para o trabalho ocasional em decorrência dos marcadores subjetivos (sexo, idade, condição física) (SILVA; MELO, 2016, p. 48) e também da associação da classificação de trabalho de homem e de mulher aos dois princípios indicados por Hirata e Kergoat (1994): o princípio da separação, segundo o qual haveria trabalhos convencionalmente femininos e masculinos, e o princípio da hierarquia, pelo qual os trabalhos masculinos teriam mais valor e prestígio do que os femininos.

As regiões Sudeste e Nordeste concentram cerca de 60,0% das mulheres ocupadas e sem laços de parentesco com o produtor (Tabela 3). No Nordeste, segundo Staduto, Nascimento e Souza (2017, p. 14), a condição de empregadas está tornando-se um grande “refúgio” ocupacional para as mulheres gerarem e obterem renda morando no meio rural. Já no Sudeste, a inserção das mulheres rurais em atividades não agrícolas é muito forte, especialmente nos serviços públicos (educação e saúde) domésticos e nas indústrias e agroindústrias.

Analisando as atividades não agrícolas em São Paulo, Balsadi (2002) constatou que, com exceção dos serviços domésticos, em todas as demais atividades, as mulheres rurais

empregadas fora da agricultura tinham melhores condições de trabalho e de renda do que nas atividades agropecuárias. Já na região serrana do Rio de Janeiro, Carneiro e Palm (2016, p. 188) observaram novas formas de viver na agricultura familiar que incidiram em mudanças nas tarefas produtivas das mulheres, “[...] liberando-[as] para trabalhar em atividades remuneradas não-agrícolas, como empregadas domésticas ou faxineiras nas casas de turistas e pousadas, contribuindo, assim, para aumentar a renda familiar”.

Gráfico 4 – Mulheres ocupadas na data de referência, segundo laços de parentesco com o produtor (Brasil, 2017).



Fonte: IBGE. Censo Agropecuário 2017.

Em todas as regiões, as empregadas permanentes são a principal categoria do trabalho de mulheres, sendo a região Sudeste responsável por um terço desse tipo de contratação, especialmente na olericultura, na floricultura e na fruticultura e na produção de mudas e sementes certificadas. Quanto às empregadas temporárias no Sudeste, tem destaque a colheita do café em Minas Gerais: 100% das mulheres entrevistadas por Baliza et al. (2017) atuam na cadeia produtiva do café. Na região Nordeste, há um certo equilíbrio entre trabalho permanente e temporário. Também é possível constatar o predomínio de mulheres ocupadas com 14 anos ou mais de idade em todas as regiões.

Tabela 3 – Mulheres ocupadas na data de referência, sem laços de parentesco com o produtor, segundo a idade e a posição na ocupação nos estabelecimentos agropecuários (Brasil e Grandes Regiões, 2017).

| Brasil e Grandes Regiões | Faixas de idade | Empregadas permanentes | Empregadas temporárias | Parceiras | Total |
|---|------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|------------------|----------------|
| | Total | 295.237 | 154.549 | 27.416 | 477.202 |
| Brasil | 14 anos e mais | 279.610 | 151.613 | 25.871 | 457.094 |
| | Total | 34.383 | 9.836 | 4.160 | 48.379 |
| Norte | 14 anos e mais | 30.599 | 9.165 | 3.800 | 43.564 |
| | Total | 59.392 | 54.206 | 7.337 | 120.935 |
| Nordeste | 14 anos e mais | 56.451 | 53.168 | 6.895 | 116.514 |
| | Total | 103.927 | 66.407 | 10.974 | 181.308 |
| Sudeste | 14 anos e mais | 99.540 | 65.578 | 10.561 | 175.679 |
| | Total | 45.539 | 19.372 | 3.670 | 68.581 |
| Sul | 14 anos e mais | 43.916 | 19.077 | 3.485 | 66.478 |
| | Total | 51.996 | 4.728 | 1.275 | 57.999 |
| Centro- Oeste | 14 anos e mais | 49.104 | 4.625 | 1.130 | 54.859 |

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário 2017.

Como há pouca literatura especializada disponível, alguns temas como a presença feminina nas relações de parceria no Sudeste e no Nordeste, o trabalho feminino temporário na região Sul, o predomínio do trabalho feminino permanente no Centro-Oeste, a participação das mulheres no mercado de trabalho assalariado no Nordeste; entre outros de relevância, poderiam ser objeto de estudos aprofundados e de pesquisas de campo no futuro próximo. Certamente as análises jogariam mais luz sobre os importantes dados trazidos à tona pelo Censo Agropecuário 2017.

Trabalho de mulheres e agricultura familiar

Em 2017, do total de 4,4 milhões de mulheres ocupadas na agricultura brasileira, 43,5% estavam na região Nordeste, 17,5%, na região Sul, 17,4%, no Sudeste, 14,5%, no Norte e apenas 7,1%, na região Centro-Oeste (Tabela 4). Do total de ocupadas, 94,1% (média nacional) tinham 14 anos ou mais de idade (essa participação variou de 88,1% na região Norte a 96,3% no Sudeste).

Do total de mulheres ocupadas, 3,3 milhões (ou 75,8%) trabalhavam em estabelecimentos agropecuários classificados como agricultura familiar, enquanto 1,1 milhão trabalhava em estabelecimentos não familiares. Registra-se que cerca de 930 mil

mulheres estavam ocupadas em estabelecimentos que se enquadravam nos critérios do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp)⁶.

Tabela 4 – Mulheres ocupadas na data de referência, segundo a idade e o tipo de estabelecimento agropecuário (Brasil e Grandes Regiões, 2017).

| Brasil e Grandes Regiões | Faixas de idade | Agricultura familiar | Não familiar | Total | Pronamp |
|---------------------------------|------------------------|-----------------------------|---------------------|------------------|----------------|
| Brasil | Total | 3.317.677 | 1.061.342 | 4.379.019 | 929.582 |
| | 14 anos e mais | 3.118.465 | 1.004.365 | 4.122.830 | 874.961 |
| Norte | Total | 528.497 | 107.085 | 635.582 | 104.587 |
| | 14 anos e mais | 464.961 | 94.823 | 559.784 | 92.149 |
| Nordeste | Total | 1.514.544 | 391.359 | 1.905.903 | 363.853 |
| | 14 anos e mais | 1.435.487 | 370.899 | 1.806.386 | 343.441 |
| Sudeste | Total | 484.878 | 276.047 | 760.925 | 210.673 |
| | 14 anos e mais | 466.569 | 266.085 | 732.654 | 202.715 |
| Sul | Total | 595.851 | 168.784 | 764.635 | 159.832 |
| | 14 anos e mais | 573.164 | 161.943 | 735.107 | 153.050 |
| Centro-Oeste | Total | 193.907 | 118.067 | 311.974 | 90.637 |
| | 14 anos e mais | 178.284 | 110.615 | 288.899 | 83.606 |

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário 2017.

Entre as regiões, a maior participação relativa das mulheres em estabelecimentos da agricultura familiar foi registrada na região Norte (88,2%), seguida pelo Nordeste (79,5%). Nas demais regiões, as participações foram de 77,9%, 63,7% e 62,2%, respectivamente para o Sul, o Sudeste e o Centro-Oeste.

Certamente, esse resultado guarda relação com a própria distribuição da agricultura familiar no território nacional. Vale lembrar que, dos quase 950 mil estabelecimentos agropecuários dirigidos por mulheres, em 2017, 769.672 (ou 81,4%) eram familiares e 538.158 (ou 56,9%) estavam localizados no Nordeste. Entre os estabelecimentos familiares propriamente ditos, a distribuição relativa pelas regiões era a seguinte: 12,6%, 58,0%, 13,4%, 10,6% e 5,3%, respectivamente, no Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste.

Escolaridade e raça das mulheres ocupadas nas atividades agropecuárias

⁶ O Pronamp é um programa de crédito cujo objetivo é promover o desenvolvimento das atividades dos(as) médios(as) produtores(as) rurais, proporcionando o aumento da renda e da geração de empregos no campo. Para efeitos do Pronamp, definem-se como médios(as) produtores(as) rurais os(as) proprietários(as) rurais, posseiros(as), arrendatários(as) ou parceiros(as) que tenham, no mínimo, 80% de sua renda bruta anual originária da atividade agropecuária ou extrativa vegetal e possuam renda bruta anual de até R\$ 2 milhões (BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 2020).

Os dados de escolaridade e de raça são pesquisados e disponibilizados somente para as mulheres responsáveis pelos estabelecimentos agropecuários. Em 2017, 946.075 estabelecimentos eram dirigidos por mulheres (18,6% do total de 5.073.324 estabelecimentos agropecuários no Brasil). Provavelmente, esses números são influenciados pela agenda de gênero na passagem para o século XXI, que, conforme destacado por Farah (2004, p. 58), comporta o reconhecimento “de direitos relativos às mulheres da zona rural, nas políticas de distribuição de terras, de reforma agrária e de crédito para atividades agrícolas” e o acesso “a títulos de propriedade da terra, em programas de distribuição de terras”.

Tabela 5 – Mulheres ocupadas na data de referência, segundo o nível de escolaridade (Brasil, 2017).

| Faixa de idade da produtora | Total | Sabe ler e escrever | Não sabe ler e escrever | Nunca frequentou escola | Antigo primário (elementar) | Superior - graduação | Mestrado ou doutorado |
|------------------------------------|----------------|----------------------------|--------------------------------|--------------------------------|------------------------------------|-----------------------------|------------------------------|
| Total | 946.075 | 711.702 | 234.373 | 160.612 | 193.737 | 54.030 | 2.109 |
| Menos de 25 anos | 29.916 | 29.017 | 899 | 552 | 1.073 | 1.606 | 13 |
| De 25 a menos de 35 anos | 113.797 | 107.459 | 6.338 | 3.408 | 9.124 | 8.089 | 185 |
| De 35 a menos de 45 anos | 174.591 | 150.399 | 24.192 | 13.300 | 29.507 | 11.614 | 392 |
| De 45 a menos de 55 anos | 212.857 | 166.296 | 46.561 | 27.708 | 49.044 | 13.030 | 577 |
| De 55 a menos de 65 anos | 202.738 | 141.593 | 61.145 | 40.896 | 52.724 | 11.594 | 550 |
| De 65 a menos de 75 anos | 136.185 | 79.238 | 56.947 | 42.762 | 34.582 | 5.838 | 299 |
| 75 anos e mais | 75.991 | 37.700 | 38.291 | 31.986 | 17.683 | 2.259 | 93 |

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário 2017.

A participação relativa das mulheres que não sabem ler nem escrever é francamente menor e decrescente entre as mais jovens, o que corresponde aos investimentos familiares e individuais na ampliação de oportunidades, mas também à ampliação da educação nas duas últimas décadas. Se, por um lado, 50,4% das mulheres com mais de 75 anos de idade, 41,8% daquelas com idades entre 65 e 75 anos e 30,2% daquelas com idade entre 55 e 65 anos não sabiam ler ou escrever, em 2017, por outro, apenas 3,0% das mulheres menores de 25 anos estavam nessa condição. Para aquelas com idades entre 25 e 35 anos, essa participação era de 5,6% e, para aquelas entre 35 e 45 anos, essa participação era de 13,9%.

Isso vale também para as mulheres que nunca frequentaram escola ou que somente concluíram o antigo ensino primário. Os indicadores são muito mais favoráveis para aquelas com idade abaixo dos 35 anos (Tabela 5).

Outro ponto positivo a destacar é o fato de haver 54 mil mulheres com curso superior de graduação completo e 2,1 mil com mestrado ou doutorado. Ainda é pouco, mas, em momentos marcados pelo progresso tecnológico e por novas formas de produção na agricultura (sistemas integrados de produção, produções de base ecológica, novas

formas de agricultura digital), maiores níveis de formação, capacitação e escolaridade serão fundamentais para a inclusão social e produtiva de milhares de agricultoras nas diversas regiões e biomas brasileiros.

Tabela 6 – Mulheres ocupadas na data de referência, segundo a raça (Brasil e Grandes Regiões, 2017).

| Brasil e Regiões | Branca | Preta | Amarela | Parda | Indígena | Total |
|-------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|-----------------|----------------|
| Brasil | 345.575 | 104.028 | 5.515 | 476.340 | 14.617 | 946.075 |
| Norte | 23.787 | 11.055 | 835 | 69.924 | 6.655 | 112.256 |
| Nordeste | 131.269 | 73.462 | 2.645 | 325.677 | 5.105 | 538.158 |
| Sudeste | 76.122 | 12.021 | 996 | 45.962 | 427 | 135.528 |
| Sul | 86.429 | 3.114 | 516 | 12.065 | 1.229 | 103.353 |
| Centro-Oeste | 27.968 | 4.376 | 523 | 22.712 | 1.201 | 56.780 |

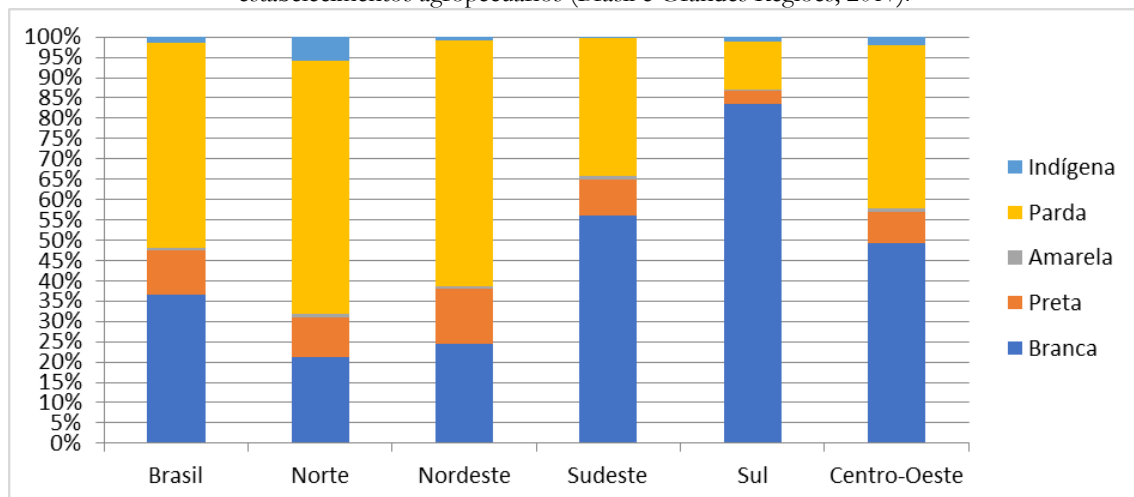
Fonte: IBGE. Censo Agropecuário 2017.

Quando se examina a participação das diferentes raças no total das mulheres responsáveis pelos estabelecimentos agropecuários em 2017, nota-se que as mulheres pardas (62,3% e 60,3%) e as indígenas (11,7 mil de um total de 14,6 mil) têm significativa presença no Norte e no Nordeste.

Em 2003, a Portaria n.º 981/2003, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), tornou obrigatória a titulação da terra em nome do homem e da mulher, em situações de casamento ou união estável.

As mulheres pretas predominam no Nordeste (50,0% do total das mulheres ocupadas no Brasil). As mulheres brancas têm forte presença no Centro-Sul: Sudeste (56,2%), Sul (83,6%) e Centro-Oeste (49,3%). Finalmente, vale salientar que as mulheres pardas representam 40,0% do total das mulheres responsáveis por estabelecimentos agropecuários no Centro-Oeste.

A relação entre etnicidade e acesso à terra no Brasil também é absolutamente carente de estudos especializados e de pesquisas de campo que contribuam para o melhor entendimento das diferenças regionais no tocante ao acesso e à direção dos estabelecimentos agropecuários pelas mulheres rurais.

Gráfico 5 – Participação relativa das diferentes raças no total de mulheres responsáveis pelos estabelecimentos agropecuários (Brasil e Grandes Regiões, 2017).

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário 2017.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do artigo foi analisar as transformações relativas ao trabalho de mulheres na estrutura ocupacional da agricultura brasileira, segundo dados do Censo Agropecuário 2017, os quais foram interpretados à luz de estudos de caso realizados por diferentes autores(as) nas diversas regiões do país. É consenso que as mulheres ao redor do mundo representam significativa proporção da força de trabalho agrícola e que elas protagonizam importante papel como agricultoras, assalariadas, extrativistas, pescadoras, entre outras ocupações, que muitas vezes se sobrepõem.

No Brasil, entre 2006 e 2017, houve uma importante redução de pessoas ocupadas na agricultura, com destaque para a menor participação de jovens e de mulheres. Conclui-se que, em ambos os casos, coexistem processos de migração influenciados pela impossibilidade de trabalho na agropecuária, pela rejeição ao trabalho agrícola em razão das dificuldades e da penosidade e pela decisão de obter formação. Em relação às atividades em que menos se constata a ocupação de mulheres (algodão, cana-de-açúcar, sementes e mudas, florestas plantadas e aquicultura), os dados permitem concluir que são atividades com poucos assalariados no geral, com forte predomínio de homens, alto grau de mecanização e concentração na agricultura patronal.

Quanto às atividades em que mais se evidencia a ocupação de mulheres (criação de aves, cultivo de fumo, cultivo de uva, pesca e produção de floresta nativa), os dados e estudos de caso admitem concluir que o trabalho por elas realizado persiste associado a “características naturais”, muito embora as suas capacidades resultem de um longo processo de aprendizado.

No geral, os dados permitem concluir que no Brasil há redução do número de mulheres ocupadas na agricultura. Quando ocupadas, coexistem diferentes situações: a) emprego assalariado temporário ou permanente (com residência no estabelecimento familiar ou fora dele em caso de migração); b) permanência nos estabelecimentos como responsável pela produção (em caso de migração do marido ou de ser ela própria responsável ou mesmo de uma decisão familiar). Deve-se considerar que tais situações são influenciadas pela idade, pelo ciclo de reprodução da família e pelas possibilidades ocupacionais na região.

Para finalizar, chama-se a atenção para a constatação de que, do total de mulheres ocupadas, 3,3 milhões (ou 75,8%) trabalhavam em estabelecimentos agropecuários classificados como agricultura familiar, expressão incontestada da persistência de laços de parentesco e da menor participação delas em ondas migratórias ocasionais.

Paralelamente, visualiza-se um importante movimento de mudança, com a tendência de maior escolarização das mulheres ocupadas na agropecuária brasileira e, embora 3,0% das mulheres menores de 25 anos ocupadas não saibam ler nem escrever, em 2017, constatou-se que 54 mil mulheres tinham curso superior de graduação completo e 2,1 mil tinham concluído o mestrado ou o doutorado. Tais números ainda são tímidos, mas apontam para novas e animadoras possibilidades ao longo deste século XXI.

REFERÊNCIAS

BACCARIN, J. G. **A indústria abarca a cana-de-açúcar e corta rente o trabalho volante**: mudanças tecnológicas recentes na lavoura canavieira e impactos na ocupação agrícola no Estado de São Paulo. 2016. Tese (Livre Docência) – Universidade Estadual Paulista, Jaboticabal, 2016.

BALIZA, D. P.; JUNQUEIRA JÚNIOR, J. A.; SILVA, A. P. M. da; ZENITH, L. A.; PEREIRA, S. P. Perfil das mulheres na cadeia produtiva do café no município de Bom Sucesso - MG. **Revista Gênero**, Niterói, v. 18, n. 1, p. 75-97, 2017.

BALSADI, O. V. Mercado de trabalho assalariado na cultura da cana-de-açúcar no período 1992-2006. **Revista de Economia Agrícola**, São Paulo, v. 57, n. 1, p. 91-110, jan./jun. 2010.

BALSADI, O. V. **Mudanças rurais e o emprego no Estado de São Paulo nos anos 90**. São Paulo: Annablume, 2002.

BALSADI, O. V. Trabalho e emprego na agricultura sulina em 2004-2014. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, DF, v. 26, n. 4, p. 35-49, out./nov./dez. 2017.

BALSADI, O. V.; DEL GROSSI, M. E. Labor and Employment in Brazilian Northeastern Agriculture: a look at the 2004-2014 period. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, DF, v. 56, n. 1, p. 19-34, mar. 2018.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Pronamp**: financiamento para custeio e investimentos dos médios produtores rurais em atividades agropecuárias. 17 abr. 2020. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronamp-investimento>>. Acesso em: 01 fev. 2021.

BISHOP, C. Women's economic empowerment and agribusiness: opportunities for the gender transformative agenda. **Global Donor Platform for Rural Development**, Sept. 2017. Disponível em: <<https://www.donorplatform.org/publication-gender/womens-economic-empowerment-and-agribusiness-opportunities-for-the-gender-transformative-agenda.html>>. Acesso em: 01 fev. 2021.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 205-227, jan./abr. 2004. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2004000100011>>. Acesso em: 01 fev. 2021.

CARNEIRO, M. J.; PALM, J. L. Modo de vida de agricultores familiares de montanha: um estudo de caso em São Pedro da Serra, Nova Friburgo, RJ. **Illuminuras**, Porto Alegre, v. 17, n. 41, p. 180-202, jan./jun. 2016.

CAVALCANTI, J. S. B.; MORAES, A. D. de; FEITOSA, R. R. S. Trabalhadores rurais e as novas condições de trabalho no Vale do São Francisco, Nordeste do Brasil. In: RIELLA, A.; MASCHERONI, P. (comp.). **Asalariados rurales en América Latina**. Montevideo: CLACSO, Departamento de Sociología, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de la República, 2015. p. 49-71.

CIELO, I. D.; ROCHA JÚNIOR, W. F. da; SANCHES-CANEVESI, F. C. Importância socioeconômica da integração avícola para os produtores da mesorregião Oeste do Paraná. **Desenvolvimento em Questão**, v. 17, n. 49, p. 329-347, out./dez. 2019.

COSTA, S. M. G. da. Sojicultura e mercado de terras na Amazônia. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 19, n. 1, p. 173-185, jan./jun. 2015.

DEL GROSSI, M. E. **Algoritmo para delimitação da agricultura familiar no Censo Agropecuário 2017, visando a inclusão de variável no banco de dados do Censo, disponível para ampla consulta**. Brasília, DF: FAO, MAPA, FINATEC, 2019. Disponível em: <[https://sidra.ibge.gov.br/Content/Documentos/CA/Metodologia%20Agricultura%20familiar%20\(IBGE\)%20DelGrossi%20final%205jun2019.pdf](https://sidra.ibge.gov.br/Content/Documentos/CA/Metodologia%20Agricultura%20familiar%20(IBGE)%20DelGrossi%20final%205jun2019.pdf)>. Acesso em: 01 fev. 2021.

DEL GROSSI, M. E.; BALSADI, O. V. Mercado de trabalho e agricultura no Brasil contemporâneo. In: VIEIRA FILHO, J. E. R.; GASQUES, J. G. (Org.). **Uma jornada pelos contrastes do Brasil: cem anos do Censo Agropecuário**. Brasília, DF: IPEA, 2020. p. 205-218.

FARAH, M. F. S. Gênero e políticas públicas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 47-71, jan./abr. 2004. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2004000100004>>. Acesso em: 01 fev. 2021.

FARIA, G. J. A.; FERREIRA, M. da L. A.; PAULA, A. M. N. R. de. Êxodo rural feminino, gênero e ruralidades: consequências da migração da juventude rural feminina do distrito de Muquém – Mirabela/MG. **Revista Grifos**, v. 28, n. 47, p. 98-120, 2019.

FONSECA, M.; ALVES, F.; MACEDO, M. C.; AZEITEIRO, U. M. O papel das mulheres na pesca artesanal marinha: estudo de uma comunidade pesqueira no município de Rio das Ostras, RJ, Brasil. **Revista de Gestão Costeira Integrada**, v. 16, n. 2, p. 231-241, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5894/rgci593>>. Acesso em: 01 fev. 2021.

FRANCO, C.; BONJOUR, S. C. de M.; PEREIRA, B. D.; ZANINI, T. S. Análise dos contratos na avicultura de corte em Mato Grosso sob a ótica da nova economia institucional. **Revista de Economia e Agronegócio**, v. 9, n. 2, p. 149-186, 2015.

FREDERICO, S. As cidades do agronegócio na fronteira agrícola moderna brasileira. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 1, n. 33, p. 5-23, jan./jul. 2011.

GIARETTA, J.; STORCK-TONON, D.; SILVA, J. S. H.; SANTOS FILHO, M. dos; SILVA, D. J. da. Avanço da atividade agropecuária sobre as áreas de vegetação natural na capital nacional do agronegócio. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 22, e01392, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc0139r2vu19l4ao>>. Acesso em: 01 fev. 2021.

GRAF, L. P.; COUTINHO, M. C. Entre aves, carnes e embalagens: divisão sexual e sentidos do trabalho em abatedouro avícola. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 761-783, set./dez. 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000300009>>. Acesso em: 01 fev. 2021.

GUÉNEAU, S.; DINIZ, J. D. de A. S.; MENDONÇA, S. D.; GARCIA, J. P. Construção social dos mercados de frutos do Cerrado: entre sociobiodiversidade e alta gastronomia. **Século XXI: Revista de Ciências Sociais**, v. 7, n. 1, p. 130-156, jan./jun. 2017.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. A classe operária tem dois sexos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 2, n. 3, p. 93-100, 1994.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Manual do recenseador**: Censo Agro 2017. IBGE, 2017.

JULIA, J.; WHITE, B. Gendered Experiences of Dispossession: oil palm expansion in a Dayak Hibun community in West Kalimantan. **Peasant Studies**, v. 39, n. 3-4, p. 995-1016, jul./oct. 2012.

KIYOTA, N., PERONDI, M. A. Sucessão geracional na agricultura familiar: uma questão de renda? In: BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M. da; NAVARRO, Z. (ed.). **O mundo rural no Brasil do século 21**: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília, DF: Embrapa, 2014. p. 1011-1045.

LEITÃO, M. R. F. A. Gênero, pesca e cidadania. **Amazônica: Revista de Antropologia**, Belém, v. 5, n. 1, p. 100-115, 2013. Disponível em: <<http://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/1307>>. Acesso em: 01 fev. 2021.

MANFIO, V. A vitivinicultura no espaço geográfico do Rio Grande do Sul, Brasil: uma abordagem sobre a campanha gaúcha. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 20, n. 70, p. 433-447, jun. 2019.

MARIN, J. O. B.; REDIN, E.; COSTA, F. F. da. Juventude rural e trabalho no cultivo do tabaco. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**, v. 19, n. 31, p. 159-194, 2014.

MARTÍNEZ VALLE, L. Agronegocio y proletarización rural en la sierra central de Ecuador, provincia de Cotopaxi. In: RIELLA, A.; MASCHERONI, P. (Comp.). **Asalariados rurales en América Latina**. Montevideo: CLACSO, Departamento de Sociología, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de la República, 2015. p. 25-47.

MARTINS, M. L. S.; ALVIM, R. G. Perspectivas do trabalho feminino na pesca artesanal: particularidades da comunidade Ilha do Beto, Sergipe, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi (Ciências Humanas)**, Belém, v. 11, n. 2, p. 379-390, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222016000200003>>. Acesso em: 01 fev. 2021.

MATTEI, L. Emprego agrícola: cenários e tendências. **Estudos Avançados**, v. 29, n. 85, p. 35-52, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40142015008500004>>. Acesso em: 01 fev. 2021.

MEDEIROS, E. R. de; MOREIRA, I. T. Expectativas de jovens rurais quanto à migração: o caso de Cacimba de Dentro/PB. **Okara: Geografia em Debate**, João Pessoa, v. 3, n. 1, p. 186-212, 2009.

MENDES, M. F.; NEVES, S. M. A. da S.; NEVES, R. J.; SILVA, T. P. da. A organização das mulheres extrativistas na região Sudoeste mato-grossense, Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 71-89, jan./abr. 2014.

MORENO, L. T. A “nova” aquicultura brasileira: mais uma frente de expansão do agrohidronegócio. **Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais**, Iporá, v. 7, n. 4, p. 102-120, dez. 2018.

MOTA, D. M. da; NASCIMENTO, D. A. S. do; SCHMITZ, H. Mulheres com contratos de integração para a produção de dendê no Pará: redefinindo relações de gênero? **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, DF, v. 58, n. 3, e192796, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/resr/v58n3/0103-2003-resr-58-3-e192796.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2021.

MOTA, D. M. da; SCHMITZ, H.; SILVA JÚNIOR, J. F. da; RODRIGUES, R. F. de A. O trabalho familiar extrativista sob a influência de políticas públicas. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, n. 52, supl. 1, p. 189-204, 2014.

NEIMAN, G., QUARANTA, G. Intermediación, empresas y mercados de trabajo en las producciones de vid de la región de Cuyo, Argentina. **Eutopía: Revista de Desarrollo Económico Territorial**, n. 9, p. 83-100, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.17141/eutopia.9.2016.2074>>. Acesso em: 01 fev. 2021.

NORWANA, A. A. B. D.; KUNJAPPAN, R.; CHIN, M.; SCHONEVELD, G.; POTTER, L.; ANDRIANI, R. **The Local Impacts of Oil Palm Expansion in Malaysia: an assessment based on a case study in Sabah State.** Bogor, Indonesia: CIFOR, 2011.

PAULILO, M. I. S. O peso do trabalho leve. **Revista Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 28, p. 64-70, 1987.

PITTA, F. T.; BOECHAT, C. A.; MENDONÇA, M. L. A produção do espaço na região do MATOPIBA: violência, transnacionais imobiliárias agrícolas e capital fictício. **Estudos Internacionais**, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, p. 155-179, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.5752/P.2317-773X.2017v5n2p155>>. Acesso em: 01 fev. 2021.

PORRO, R. A economia invisível do babaçu e sua importância para meios de vida em comunidades agroextrativistas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi (Ciências Humanas)**, Belém, v. 14, n. 1, p. 169-188, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1981.81222019000100011>>. Acesso em: 01 fev. 2021.

RAMALHO, C. W. N. Ideologia e aquicultura: uma das fases da revolução azul. **Contemporânea**, São Carlos, v. 5, n. 2, p. 521-544, jul./dez. 2015.

RAMOS, P. O futuro da ocupação na agroindústria canavieira do Brasil: uma discussão dos trabalhos disponíveis e um exercício de estimação. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 37, n. 11, p. 69-75, nov. 2007. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/ftp/iea/ie/2007/tec6-1107.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2021.

REIGADA, A. Um olhar feminista sobre o trabalho nas cadeias agrícolas globais. **Contemporânea**, São Carlos, v. 4, n. 1, p. 19-41, jan./jun. 2014.

RESQUE, M. F. A.; MOTA, D. M. da. Motivação de jovens para o trabalho na Amazônia paraense. **Raízes**, [s.l.], v. 37, n. 2, p. 117-133, jul./dez. 2017.

RIELLA, A.; MASCHERONI, P. Intermediación laboral en los mercados de empleo rurales en Uruguay. **Eutopia: Revista de Desarrollo Económico Territorial**, n. 9, p. 29-43, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.17141/eutopia.9.2016.2062>>. Acesso em: 01 fev. 2021.

RIQUINHO, D. L.; HENNINGTON, É. A. Sistema integrado de produção do tabaco: saúde, trabalho e condições de vida de trabalhadores rurais no Sul do Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 12, e00072415, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00072415>>. Acesso em: 01 fev. 2021.

SILIPRANDI, E. Rompendo a inércia institucional: as mulheres rurais e a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. In: SAMBUICHI, R. H. R.; MOURA, I. F. de; MATTOS, L. M. de; AVILA, M. L. de; SPINOLA, P. A. C.; SILVA, A. P. M. da (Org.). **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável.** Brasília, DF: Ipea, 2017. p. 277-294.

SILVA, C. de A.; MENEZES, M. A. de; OLIVEIRA, R. V. de. Às margens do desenvolvimento: o trabalho das mulheres e a luta por direitos no polo de fruticultura de Petrolina/PE-Juazeiro/BA. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 52, e185208, 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/18094449201800520008>>. Acesso em: 01 fev. 2021.

SILVA, M. A. de M.; MELO, B. M. de. As distintas faces da intermediação entre capital e trabalho rural no Brasil. **Eutopía: Revista de Desarrollo Económico Territorial**, n. 9, p. 45-61, 2016.

SILVA, P. C. G. da. Trabalho feminino na fruticultura irrigada no Submédio do Vale do São Francisco. In: OLIVEIRA, L. M. S. R. de; FLORES, F. T. (Org.). **Mulheres em perspectivas: relações de gênero, trabalho e saúde**. Curitiba: CRV, 2014. p. 75-93.

STADUTO, J. A. R.; NASCIMENTO, C. A. do; SOUZA, M. de. Ocupações e rendimentos de mulheres e homens nas áreas rurais no Nordeste do Brasil: uma análise para primeira década do século XXI. **Mundo Agrario**, Buenos Aires, v. 18, n. 38, p. 1-18, ago. 2017. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/845/84552931005.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2021.

ZAGO, N. Migração rural-urbana, juventude e ensino superior. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 64, p. 61-78, jan./mar. 2016.

Como citar:

ABNT

BALSADI, O. V.; MOTA, D. M. Diversidade de vínculos de trabalho de mulheres no Censo Agropecuário Brasileiro de 2017. **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, v. 7, e202113, 2021. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18764/2446-6549.e202113>>. Acesso em: 09 ago. 2021.

APA

Balsadi, O. V., & Mota, D. M. Diversidade de vínculos de trabalho de mulheres no Censo Agropecuário Brasileiro de 2017. *InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade*, v. 7, e202113. Recuperado em 09 agosto, 2021, de <http://dx.doi.org/10.18764/2446-6549.e202113>



This is an open access article under the CC BY Creative Commons 4.0 license.

Copyright © 2021, Universidade Federal do Maranhão.

